

A responsabilidade social empresarial como aparelho de hegemonia

Edilson José Gracioli*
Rafael Dias Toitio*

Resumo:

Este artigo analisa o fenômeno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como um aparelho de hegemonia, pois suas ações elaboram e difundem valores e visões do mundo que visam consolidar a direção moral, intelectual e política da classe dominante, inclusive por meio da adesão das classes subalternas, tanto quanto possível, ao padrão privatizado e focalizado do neoliberalismo acerca da questão social. A pesquisa a ele subjacente, *Responsabilidade social empresarial, sociedade política e disputa por hegemonia*, foi financiada pela Fapemig e investigou projetos e programas do Instituto Algar, da *holding* Grupo Algar (em alusão ao fundador, Alexandrino Garcia), com sede em Uberlândia-MG.

A prática e o discurso da *Responsabilidade Social Empresarial* (RSE), altamente difundidos no meio empresarial e com repercussão social, têm sido utilizados para conceituar uma nova modalidade de atuação das empresas que se apresentam como comprometidas com o fortalecimento econômico e social do país. A partir dos anos 1990, seu número de adeptos aumentou significativamente no Brasil, sendo comum encontrar, em vários produtos ou serviços, selos de certificação de empresa socialmente responsável, de empresa cidadã ou de apoio a algum projeto social.

Não se trata de desconsiderar eventuais benefícios que projetos e programas dessa natureza possam representar. No entanto, urge superar uma interpretação acrítica, quase apologética, que por vezes se estabelece sobre a RSE. Assim, a

* Professor de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Uberlândia. Autor dos livros *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; e *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia: Edufu, 2ª. ed., 2009.

** Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina, com bolsa da CAPES.

RSE deve ser desvendada, não só como estratégia para disputas junto a nichos de consumidores, mas, principalmente, como fenômeno sócio-político que extrapola o âmbito estrito da filantropia ou de uma difusa e imprecisa noção de cidadania, assumindo contornos de espaços em que idéias, valores e racionalidades são produzidos e difundidos.

A escolha do Instituto Algar¹ em nossa pesquisa se deu, principalmente, devido ao expressivo impacto político-econômico que o Grupo Algar possui na região onde atua e à representatividade do Instituto no que diz respeito à prática da RSE. Para exemplificar, o Instituto está entre os 10 exemplos de cidadania corporativa pelo guia da revista Exame nos anos de 2000 e 2001. Além disso, através da CTBC, ele mantém, desde 1999, o selo Empresa Amiga da Criança e por cinco anos consecutivos obtém o Selo Empresa Cidadã, fornecido pela Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL) de Uberlândia pelos projetos sociais que desenvolve.

Contexto da emergência da RSE e do Instituto Algar

Após décadas de lutas sociais dos trabalhadores e de vários direitos conquistados (notadamente direitos políticos e sociais, ao longo dos séculos XIX e XX²) ematerializados no *welfare state* e em sua versão periférica, o nacional-desenvolvimentismo – tem se dado uma intensa ofensiva do capital, de que são partes constitutivas certa reestruturação produtiva e uma reforma do Estado, que se expressam na desregulamentação de direitos sociais, precarização das condições de trabalho e refluxo dos gastos estatais com as áreas sociais. Nesse contexto, as idéias neoliberais ganham um reforço, o chamado “terceiro setor”, que reivindica um novo modelo de resolução aos problemas sociais pautado na ação privada, profissionalizada, voluntária e focalizada de agentes e organizações.

O conceito de “terceiro setor” surgiu em 1978, nos EUA, cunhado por John Rockefeller III, concebido por intelectuais orgânicos do capital. O recorte efetuado da totalidade social em três esferas (Estado, “primeiro setor”; mercado, “segundo setor”; e sociedade civil, “terceiro setor”) atribui autonomia e isolamento à “dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social” (Montaño, 2002: 53). Para esse autor, tal concepção possui inspiração claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal que, ao fragmentar a totalidade social, possibilita uma teorização desligada das condições materiais e históricas que condicionaram o surgimento e consolidação do conceito de “terceiro setor”.

Nessa conceituação hegemônica, a sociedade civil (o “terceiro setor”) é concebida de forma mistificada e homogênea. Não apresenta, portanto,

¹Algar é a denominação tanto desse instituto, quanto do Grupo Algar, em alusão ao nome de seu fundador, Alexandrino Garcia. Ver: <http://www.institutoalgar.org.br/> e <http://www.algar.com.br/v4/>.

² A este respeito ver Saes (2003).

contradições de classe e, de maneira harmônica, busca soluções para os males sociais por meio de parcerias com os outros supostos dois setores: o Estado (considerado, aqui, como ineficiente, corrupto e burocrático) e o mercado (que só objetiva lucro).

O “terceiro setor”, por meio de seus diversos agentes – como organizações não governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), empresas cidadãs, instituições filantrópicas e religiosas, associações, comunidade, família, voluntários –, traz para o domínio privado supostas soluções para a questão social, retirando do Estado sua responsabilidade. Uma “rede de solidariedade”, de forma *descentralizada* e *focalizada*, minimizaria os prejuízos da exclusão efetuada pelo capital, embora essa determinação não seja assim apresentada.

Para Montañó (2002), retira-se do trabalhador o direito universal em relação às políticas sociais estatais e, ao transferir para o âmbito privado a execução delas, ocorre uma focalização da ação social estatal, criando um novo ramo lucrativo para as empresas. Ao invés de cidadãos portadores de direitos, consumidores que demandam serviços.

Frente à reorganização do capital e da contra-reforma do Estado, o “terceiro setor” se torna funcional ao projeto neoliberal de retirada paulatina do Estado no que tange às ações e políticas sociais, levando à refilantropização da questão social. O discurso dominante do “terceiro setor”, ao ampliar sua influência, contribui para a desorganização e desmobilização dos trabalhadores e para a despolitização do debate sobre as causas e reprodução das desigualdades, sendo engendrada uma cultura do possibilismo.

Dados do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social atestam a evolução da RSE. Criado em 1997 com o intuito de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”³, o Instituto contava com a participação, em 1998, de 11 empresas associadas, sendo que, atualmente, já contabiliza 1170 associados que, juntos, possuem o faturamento anual correspondente a cerca de 30% do PIB brasileiro e empregam cerca de 1 milhão de pessoas.

A auto-representação empresarial acerca da RSE a define como

(...) compromisso contínuo dos negócios pelo comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos que sejam afetados pela operação da empresa (Corrêa e Medeiros, 2003: 159).

³ Disponível em: www.ethos.org.br.

Os conceitos de RSE e consciência empresarial cidadã estão presentes em praticamente todas as grandes empresas do Brasil, uma vez que a prática social corporativa se tornou um importante diferencial na competição de mercado. Novos nichos de mercados, constituídos pelos chamados “consumidores conscientes”, têm sido disputados por produtos certificados pelos selos de RSE, gerando uma série de certificações e prêmios, de domínio público e privado, mesmo que os instrumentos que avaliam os programas e ações sociais empresariais sejam, na maioria das vezes, ineficientes. Segundo Paoli (2005: 399), a avaliação dos impactos dos programas sociais se concentram na “noção de impacto que tem a ver muito mais com o retorno (mercantil) dos recursos investidos ou à ‘percepção do público’ (...), ficando sem saber o que e como foi transformado nas relações sociais concretas do trabalho das empresas ou nas necessidades da comunidade que foi objeto da ação social empresarial”.

Um amplo mercado de entidades especializadas constituiu-se com o intuito de orientar e estruturar programas e projetos sociais para que as empresas pudessem desenvolvê-los de acordo com funcionalidade e critérios empresariais. Em torno disso, abre-se espaço para a constituição de cursos de graduação e especialização na área de administração voltados para a promoção e a gestão de ações sociais.

O Instituto Algar de Responsabilidade Empresarial foi criado em 2001, em Uberlândia – MG, com o intuito de gerir os projetos e investimentos sociais das empresas do Grupo Algar. Com a receita líquida, em 2004, de R\$ 1,652 bilhões, a Algar constitui um dos maiores grupos empresariais do Brasil, atuando nas seguintes áreas: telecomunicações (CTBC e ACS Contact Center), agronegócios (INCO e ABC A&P), serviços (ABC Táxi Aéreo, ENGESET, SABE, SPACE, COMTEC) e entretenimento (Rio Quente Resorts). O Grupo possuía, à época da pesquisa (2004 a 2006), cerca de 10.600 assalariados — eufemisticamente chamados de “associados” —, atuando primordialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do País.

O Instituto Algar se apresenta com a missão de “educar, articular e mobilizar pessoas e organizações para a prática da responsabilidade social” e investe “no aprimoramento da educação de crianças, apoiando escolas públicas e projetos paradidáticos que possam ampliar o acesso destes estudantes ao conhecimento e à qualidade de vida”. Em 2005, o Instituto desenvolvia 15 projetos sociais em 131 escolas públicas, abrangendo 39.731 alunos e 1.224 educadores.

Através de parcerias com escolas públicas, instituições de educação, ONGs e a Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, o Instituto Algar desenvolvia dois programas sociais dirigidos à educação da criança e do adolescente, a saber: *Programa de Investimento Social* que abarca os projetos Correio Educação, EmCantar, Criança e Histórias de Nossa Terra; e o *Programa de Voluntariado*, o qual desenvolve 11 projetos diferentes e envolvem 560 voluntários, totalizando cerca de R\$ 105

mil em investimento.

Diagrama – Programas de Responsabilidade Social do Instituto Algar



Fonte: <http://www.institutoalgar.org.br/conteudo.asp?ContentID=7>

Segundo Balanço Social/2004, o Instituto Algar investiu aproximadamente R\$ 2 milhões em seus programas sociais (correspondente a 0,12% da Receita Líquida da empresa), sendo que R\$ 1,3 milhões são destinados à educação e R\$ 594 mil destinados à cultura. O investimento em meio ambiente gira em torno de R\$ 199 mil reais e o gasto com o “público interno” é de, aproximadamente, R\$ 98 milhões e o valor da participação dos lucros dos empregados é de pouco mais de R\$ 27 milhões, o que corresponde a 1,64% da Receita Líquida do Grupo Algar.

RSE e hegemonia

O fenômeno da RSE, mais do que constituir uma prática do empresariado para fortalecer a imagem da empresa e aumentar o lucro, esconde uma funcionalidade mais profunda que se relaciona com disputa por hegemonia. Assim, no intuito de realizar uma análise crítica sobre a implicação político-ideológica da RSE, faremos uma discussão teórica pautada nas formulações do marxista italiano Antonio Gramsci, principalmente no que tange aos conceitos de hegemonia e sociedade civil.

Gramsci tem na sua teoria (ampliada) do Estado uma das concepções mais originais e fecundas à inteligência também do mundo contemporâneo. O Estado, para Gramsci, longe de ser uma esfera autônoma e estranha às contradições da sociedade capitalista, é concebido como a instituição que garante e reproduz a divisão da sociedade em classes, preservando os interesses de uma classe particular, tentando afirmá-los como universais. Segundo Coutinho (1989: 74),

a grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo o fenômeno estatal; essa descoberta os levou a ‘dessacralizar’ o Estado, a desfeticizá-lo, mostrando como a aparente autonomia

e ‘superioridade’ dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo.

Em suas análises histórico-dialéticas, Marx e Engels enfatizaram aquela característica do Estado que lhe era mais peculiar no seu tempo histórico: a *força*, *coerção* ou *repressão*. Assim, os clássicos identificaram o Estado “com o conjunto de seus *aparelhos repressivos*” e “indicaram na repressão (...) o modo principal através do qual o Estado em geral faz valer essa sua natureza de classe” (Coutinho, 1989: 74), garantindo a reprodução da classe burguesa.

Gramsci, observou o surgimento dos partidos de massa e dos grandes sindicatos, ou seja, a “intensificação dos processos de socialização política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX” (idem, *ibidem*), notando, assim, a consolidação de uma *nova esfera social* que possuía uma relativa especificidade e autonomia em relação ao Estado (estrito senso) e à estrutura econômica. Isso permitiu a Gramsci perceber que a classe dominante garantia o consentimento das classes populares por meios de mecanismos que iam além da repressão, que tinham atuação privilegiada nessa nova esfera social, a *sociedade civil*. Tais mecanismos, constituídos pelo poder da ideologia e da consciência, garantem a *hegemonia* sobre as classes subalternas; sendo esta concebida como a *direção política, moral e intelectual* da classe dominante que impõe “sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e necessidades dos grupos subordinados” (Carnoy, 2003: 95).

Assim, Gramsci desvenda uma nova determinação ao Estado que, sem negar a concepção clássica marxista, enriqueceu e “ampliou” a teoria de Estado, que passou a significar a articulação de duas grandes esferas: a sociedade civil e a sociedade política. Assim, a sociedade civil foi trazida para o momento da superestrutura[□] para explicar aquilo que o elemento *coerção* por si só não poderia fazê-lo: a dominação sobre as classes populares também se expressa pelo consentimento ativo a uma *ideologia*, ou seja, a uma “concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (Gramsci, 1981: 16).

Segundo Gramsci, a sociedade civil abrange as instituições e organizações “responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (Coutinho, 1989: 76), constituindo o espaço privilegiado

do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção (Gramsci, 2001: 21).

E a sociedade política (Estado, no sentido estrito) como o

aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (idem, ibidem).

Coutinho (1989) aponta duas problemáticas fundamentais na distinção das duas esferas. A primeira reside na diferença da *função* que ambas as esferas “exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder” (idem, ibidem: 77) que, juntas, formam o Estado, sendo este, portanto, a somatória da sociedade política com a sociedade civil, “isto é, hegemonia revestida de coerção” (Gramsci, 1980: 149). Assim, Coutinho observa que

ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o *modo* de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção* (1989: 77, grifos do autor).

A outra problemática apontada pelo presente autor gramsciano reside na distinção das duas esferas efetuada por uma

materialidade (sócio-institucional) própria. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face as sociedade política (idem, ibidem, grifos do autor).

Chegamos a uma discussão fundamental para a presente análise: a sociedade civil é formada pelo conjunto de *aparelhos privados de hegemonia* os quais fornecem a base material para se estabelecer a disputa pelo consenso ativo e pela dominação política e ideológica, por meio da elaboração e/ou difusão de visões de mundo. O termo “privado” se refere à adesão a esses aparelhos de modo voluntário, e não de maneira compulsória e repressiva.

Gramsci reconhece o pressuposto marxiano de que a produção da vida material determina a produção e difusão de idéias. No entanto, ele percebe – e ao mesmo tempo acrescenta a esse pensamento – que “nem a força nem a lógica da produção capitalista podia explicar o consentimento de que goza essa produção entre as classes subordinadas. Ao contrário, a explicação para esse consentimento reside no poder da consciência e da ideologia” (Carnoy, 2003: 95).

A resignificação de sociedade civil

Destarte, a sociedade civil constitui uma esfera superestrutural articulada com os outros momentos da totalidade social que não independe da dinâmica e atuação da sociedade política e das determinações da estrutura econômica. Concordamos com a formulação de Mészáros (1993: 77), para quem “embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os ‘determinantes fundamentais’ do ser social de sua classe, eles são também, ao mesmo tempo, ‘determinantes determinados’”.

Muito diferente é a apropriação da teoria gramsciana feita por parte dos que operam com o conceito de “terceiro setor”. Para estes, a sociedade civil seria o setor da solidariedade, sendo o Estado (sentido estrito) o setor da razão instrumental na dimensão político-institucional e o mercado o setor da economia. A rigor, a matriz teórica dessa setorização é a dicotomia habermasiana entre mundo sistêmico (Estado e mercado) e mundo da vida (interações subjetivas) e não o pensamento gramsciano.

A nosso ver, a sociedade civil inclui o mercado, embora não se limite a ele, e não pode ser vista como bloco monolítico. De um lado, há projetos sócio-políticos em disputa; de outro, por mais que pretenda ser o protótipo de tudo, o mercado não logra a condição de mediação onipotente, de que é prova a presença – latente ou em movimento – de formas de resistência.

A RSE, por sua vez, que se legitima e se desenvolve no discurso do “terceiro setor”, constitui, assim como as demais organizações deste, um poderoso *aparelho privado de hegemonia*, pois busca, na sociedade civil, a aceitação ativa das classes dominadas ao processo de reestruturação do capital, por meio da propagação de valores, idéias e concepções de mundo de cunho neoliberal, tais como a afirmação dos critérios de eficiência e racionalidade das corporações (grandes empresas) também para a vida política e para a definição de medidas para a questão social. É a elevação da governança corporativa ao *status* de parâmetro gerencial.

A RSE encontra nos institutos e fundações das empresas cidadãs a *materialidade institucional* necessária para elaborar e difundir a visão do mundo neoliberal, buscando, assim, garantir e reforçar o consenso ativo dado pelas classes subalternas à reorganização econômica, política e ideológica do capital.

A bibliografia especializada em RSE tem aumentado significativamente, principalmente em Administração, objetivando estruturar e desenvolver programas sociais no âmbito privado. Há vários jornais e revistas que divulgam as ações e resultados dos projetos realizados pela iniciativa empresarial, em consonância com o que Gramsci chama de *material ideológico*, cujo objetivo está “voltado para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (2001: 78) de uma determinada classe fundamental.

A primeira frente de atuação da RSE, apontada por seus teóricos, é justamente a adoção e difusão de *valores* que, fetichizada como disseminação de compromisso ético e transparente, transmite, em último lugar, as idéias e pensamentos da política neoliberal para todos os “públicos” da empresa (internos e externos): funcionários, clientes, comunidade em que se insere, concorrentes, fornecedores, Estado e sociedade. Cria-se uma bolha ideológica que se expande vertiginosamente, difundindo, de forma escamoteada e mistificada, a correlata concepção de mundo capitalista para todas as frentes de interação social da empresa.

A classe dominante, com o discurso da RSE, desloca “pouco a pouco, parcelas e territórios sociais para o campo de seus interesses, um movimento silenciado pela intenção e pelo ato original de fundação de uma nova consciência empresarial cidadã, solidária e responsável” (Paoli, 2005: 394). Esse movimento pode ser exemplificado pelo trato dado pela ação empresarial “consciente” à questão ambiental – umas das principais frentes trabalhadas. Na conceituação da RSE, a preservação do meio ambiente é articulada à idéia de “desenvolvimento sustentável”, como se fosse possível amenizar, eficazmente, o caráter destrutivo da produção capitalista através de uma “sociedade sustentável” moderna e inclusiva.

Todavia, a concepção de “desenvolvimento sustentável” oculta as origens da degradação ambiental: sob a égide do imperativo da lucratividade, bens e serviços e tornam descartáveis, máquinas e equipamentos vivem um quadro de obsolescência precoce, o desemprego adquire contornos crônicos e o meio ambiente é sugado ao máximo.

Constituiu-se um movimento molecular, difundindo amplamente a idéia de que o respeito ao meio ambiente e a extinção da miséria e da violência apenas se darão com a ajuda e a intervenção dos empresários, pois são eles os detentores do poder econômico e de influência necessários à melhoria social. Dessa forma, o capitalismo ganha, no interior da sociedade civil, um eficiente instrumento de legitimação: a empresa cidadã.

Os autores da RSE e do “terceiro setor” esvaziam da sociedade civil, ao separá-la da totalidade social, seu caráter de arena das lutas e conflitos de classes, deixando de contestar a origem da exclusão socioeconômica – a propriedade privada dos meios de produção e a exploração inerente ao assalariamento. A disputa e o conflito dão lugar, no plano das representações, à parceria e colaboração entre classes, à negociação harmônica, sugerindo que os problemas sócio-ambientais devem ser administrados dentro da ordem vigente.

Os postulados da RSE adaptam-se facilmente à ideologia neoliberal que “preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência estatal e a politização dos conflitos sociais” (Paoli, 2005: 386). A “empresa cidadã” promove projetos que, a rigor, tentam neutralizar as ações coletivas e classistas entre os trabalhadores, substituindo-as por valores apologeticos ao individualismo e à solidariedade não-classista.

Conforme a análise de João Bernardo,

a empresa é também aparelho ideológico. Ao mesmo tempo em que, dos grandes meios de comunicação, dos filmes de cinema e de televisão, é excluída a atividade dos trabalhadores, mostrados apenas na sua faceta de consumidores, as grandes empresas editam incontáveis publicações periódicas destinadas à doutrinação do pessoal e lançam campanhas de publicidade, visando, não a venda de produtos, mas a difusão de teses políticas e sociais (1991: 168).

Tenta-se – resgatando as formulações de Gramsci (1980: 415) sobre o Rotary Club – elaborar e difundir “um novo espírito capitalista” em que a empresa, antes de ser um negócio, é um “serviço social” que pretende, de forma “eficiente” e “consciente”, combater a miséria, a violência e a degradação ambiental.

RSE, trabalho “voluntário” e controle sobre os trabalhadores

Duas são as vertentes da atuação do Instituto Algar, isto é, das formas de RSE em sua concepção: o programa de investimento social (que comporta remuneração de gestores para cada projeto) e o programa de voluntariado, de que participam, supostamente de forma livre, os trabalhadores (“associados”) das empresas do Grupo Algar. Apresentaremos, para concluir este artigo, alguns elementos analíticos que evidenciam o real significado dessa segunda vertente ou modalidade de programa de RSE nesse instituto.

O Programa de Voluntariado foi instituído em abril de 2003 com o objetivo de “contribuir para a melhoria da qualidade da educação (ensino fundamental) na área de atuação do Grupo Algar através de ações voluntárias. Ele foi criado principalmente para *atender ao desejo e disposição de participação voluntária dos associados* (como são chamados os funcionários da Algar), de forma independente dos projetos sociais já desenvolvidos pelo Grupo Algar”⁴.

A organização do Programa é constituída pelo Comitê Gestor e pelos Comitês de Voluntariado estruturado em cada empresa Algar de Uberlândia e em cada cidade onde o Grupo atua (em Minas Gerais, as cidades de Ituiutaba, Pará de Minas, Patos de Minas, Uberaba; em São Paulo, as cidades de Franca e Ribeirão Preto; e em Goiás, Itumbiara). Os Comitês de Voluntariado são formados pelos “associados” que se candidatam a participar da coordenação dos projetos dentro das empresas onde atuam, realizando essa tarefa dentro do horário de trabalho. Assim, a adesão ao Comitê é voluntária, mas o trabalho é remunerado, sendo, portanto, o *novo papel* do funcionário dentro da empresa.

O Comitê de Voluntariado possui a função de definir os projetos que serão

⁴ Disponível em <http://www.institutoalgar.org.br/conteudo.asp?contentid=47>, grifos nossos.

desenvolvidos a partir da demanda da comunidade e, mais especificamente, de uma escola pública. Atualmente, são 11 projetos diferentes focados, principalmente, no incentivo da leitura e escrita, e são desenvolvidos por 13 comitês de voluntariado, que envolvem 560 voluntários. Segundo o Instituto Algar, “no primeiro semestre de 2005, foram beneficiados 18 professores; 690 crianças de 11 instituições de ensino e escolas da rede pública”. Os “associados” da Algar podem desenvolver trabalho voluntário, por meio dos projetos, sem limites de horas⁵. Além de disponibilizar a todos a estrutura e recursos necessários, as empresas destinam, para o custeio das atividades, R\$ 5 mil em média, totalizando R\$ 105 mil em todos os projetos.

Em geral, os programas de voluntariado realizados pelas “empresas cidadãs” são criticados por instrumentalizar as ações de seus trabalhadores no sentido de fortalecer a imagem da empresa e de seus produtos e serviços. No entanto, essa concepção, mesmo que verdadeira, é insuficiente para captar a complexidade que esses programas exercem sobre os trabalhadores.

Tendo em conta a totalidade social, os programas de voluntariado possuem a função de ganhar o consentimento e adesão ativa dos trabalhadores à ofensiva do capital, instituindo e legitimando uma cultura que enaltece a ajuda mútua, a solidariedade interclasses e as ações localizadas e individuais. Os mais “excluídos” da sociedade estão agora à mercê da ajuda privada e fortuita dos institutos e fundações das empresas, que cada vez mais substitui a noção de direitos sociais.

Os programas de voluntariado que estimulam o sentimento de “ajuda humanitária e solidária” dos trabalhadores são um mecanismo extremamente eficaz para legitimar e obter a aceitação destes, mas com um diferencial: os trabalhadores (“associados”) são eles próprios os agentes de tais programas.

Ao contrário do “gorila amestrado” apregoadado pelo modelo fordista/taylorista de produção, o trabalhador flexibilizado é reconhecido não mais apenas pela capacidade física, mas, principalmente, pela sua inteligência, criatividade e habilidade organizacional, uma vez que, no bojo da luta de classes, os capitalistas compreenderam que “podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência” (Bernardo, 1996: 19).

Nos programas de voluntariado, os trabalhadores têm a possibilidade de demonstrar não apenas sua capacidade organizativa e de cooperação, mas também de trabalhar, mesmo que de forma *superficial*, com seu lado humano, solidário e

⁵ O tempo para realizar um trabalho voluntário deve ser um acordo entre o funcionário e seu supervisor, baseado na demanda do projeto em questão.

transformador⁶. Tais elementos, sob a ótica neoliberal, instiga a solidariedade individual e fortuita em troca da solidariedade coletiva, de classe e uma mudança irresoluta em troca de uma noção emancipatória.

Nesses termos, em torno de um eixo central de adesão, a solidariedade e a vontade de mudança⁷, a classe dominante, a fim de garantir sua hegemonia sobre os trabalhadores, é responsável pela formação de uma nova subjetividade e um de “novo tipo de trabalhador” (Gramsci, 1980: 376): o *trabalhador voluntário*, o *associado voluntário*.

Nas empresas Algar, o trabalhador é chamado “amigavelmente” de associado. Essa nomenclatura torna o patrão parceiro e o funcionário, “sócio”, já que este, mesmo não investindo capital, investe inteligência e comprometimento. Assim, na subjetividade do trabalhador os interesses e conflitos de classes são apagados (ou pelo menos atenuados), fragmentando a identidade classista entre os trabalhadores, tornando os interesses da empresa e do capital universais, de todos.

À noção de “associado” soma-se a idéia de voluntário, tentando imprimir na subjetividade do trabalhador um ideário em que a mudança social só é possível por meio das microações e da ajuda mútua. Culpar o Estado e o externo, nessa concepção, não irá resolver mais os problemas sociais, o que resta é arregaçar as mangas e “cada um fazer a sua parte”. O mascote do Programa da Voluntariado do Instituto Algar é uma formiguinha que simboliza “que *cada um pode fazer um pouquinho para todos juntos fazer* [sic] *muito pela melhoria da educação* na área de atuação das empresas Algar. O slogan adotado é ‘*Um pouquinho de você faz toda a diferença do mundo!*’ e está estampado em cartazes pelas empresas, intranet, descansos de tela nos computadores”⁸. Dessa forma, institui-se a “cultura do possibilismo” em que as ações devem ser realizadas dentro dos limites impostos pela ordem social capitalista, já naturalizada e internalizada.

O trabalhador voluntário constitui, portanto, um produto político da atual ofensiva do capital, cuja ação estratégica visa garantir o consentimento ativo do trabalhador, formando um novo modo de sentir e de pensar o mundo, tornando

⁶ É ilustrativo o depoimento de uma voluntária do Instituto Algar: “Ser voluntário é encontrar-se consigo, é descobrir vontades, desejos, sonhos e limites, enfim, é saber o que move seu coração! Acredito que o mais importante é o que deixamos de aprendizado para as próximas gerações, e ser solidário é exemplo, não só para as pessoas que convivem com esses seres voluntários, mas principalmente para as crianças, que num futuro próximo, podem vir a ser voluntários!!! Convido a todos que têm vontade de ser voluntário, mas que por ‘preguiça’ não conseguem se envolver para refletirem melhor sobre qual é a sua função na comunidade em que você vive e sentir os pedidos de ajuda nos olhares que buscam o seu”. (Depoimento da funcionária da Algar, Priscila Nogueira, retirado da página: http://www.institutoalgar.org.br/depoimento.asp?id_depoimento_adm=156).

⁷ Segunda uma pesquisa interna, realizada em 2003, 94% dos “associados” do Grupo Algar tinham interesses em participar no desenvolvimento da comunidade por meio da ação voluntária.

⁸ Disponível em: <http://www.institutoalgar.org.br/conteudo.asp?contentid=47>, grifos nossos.

subjetivo a objetividade da classe dominante. Se, de fato, existe a desejada adesão dos trabalhadores a essa ideologia (trabalho voluntário) é algo a ser investigado e que extrapola os objetivos deste artigo.

Bibliografia

- BERNARDO, J. (1991). *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1996). *Reestruturação capitalista e os desafios para os sindicatos*. Lisboa: Mimeo.
- CARNOY, M. (2003). *Estado e teoria política*. 8. ed. Campinas: Papirus.
- CORRÊA, F. S.; MEDEIROS, J. R. (2003). “Responsabilidade social corporativa para quem?”. In: *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- COUTINHO, C. N. (1989). *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.
- GRAMSCI, A. (2001) *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2.
- _____. (1981). *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1980). *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MÉSZÁROS, I. (1996) “Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente”. In: *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio.
- MONTAÑO, C. (2002). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- NOGUEIRA, M. A. (2000). “Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil”. *Educação em foco*, n. 2.
- PAOLI, M. C. (2005). “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SAES, D. (2003). “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”. *Crítica Marxista*, 16.
- Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf>.